



**Manual do estágio não
obrigatório.**

MANUAL DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O presente manual fornece orientações e diretrizes sobre o estágio não obrigatório, esclarece o fluxo de procedimentos internos a serem adotados para a formalização dessa modalidade de estágio, e tem por objetivo orientar todos os envolvidos no processo do Centro Universitário FMU, em conformidade com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio para estudantes.

Além de explicitar a forma operacional do estágio não obrigatório, este documento define as competências e atribuições da Instituição de Ensino, das unidades concedentes do estágio e do estagiário para a obtenção de resultados satisfatórios, reforçando a postura profissional e ética do educador, envolvido como processo e com a educação.

Com essa sistematização, espera-se contribuir com os envolvidos nesse processo, por meio da fundamentação legal e orientações norteadoras do estágio, facilitando, assim, o desenvolvimento das atividades pré-profissionais, além de permitir uma reflexão crítica sobre a condução das mesmas.

ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Legislação

Em conformidade com a legislação vigente, o estágio não obrigatório está fundamentado na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio para estudantes e pelo regulamento de estágios curriculares do Centro Universitário FMU e seu regimento geral, no que couber.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Lei do Estágio, 2008).

Conceito de estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, visando à preparação de alunos regularmente matriculados e com frequência efetiva em um determinado curso, de acordo com a sua formação profissional. O estágio,

além de integrar o itinerário formativo do estudante, faz parte do Projeto Pedagógico do Curso –PPC, quando obrigatório.

Concepção do estágio

O estágio não obrigatório é opcional e proporciona ao estudante, regularmente matriculado e com frequência efetiva em um determinado curso, o desenvolvimento de atividades pré-profissionais de vivenciar situações práticas de trabalho. Realizado de livre escolha, e sob a supervisão do professor orientador, responsável pelo acompanhamento e avaliações das atividades de estagiário, que deverá ser um profissional da área de formação.

O estágio visa à articulação da teoria com a prática, ou seja, estabelecer o diálogo entre o mundo acadêmico e o profissional, permitindo ao estagiário refletir, sistematizar e testar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como, aprofundar conhecimentos e habilidades em áreas de interesse do acadêmico.

As atividades do estágio, a serem desenvolvidas pelo estudante, serão registradas em documentos específicos, de modo a permitir a avaliação, segundo os parâmetros da instituição, e o desenvolvimento das competências previstas no plano de atividades.

Objetivo

Proporcionar o exercício das competências e o compromisso profissional de acordo com a realidade do país, propiciando a complementação do ensino e da aprendizagem, devendo ser planejado, executado, acompanhado e avaliado segundo os currículos e os programas, a fim de se constituir em instrumento de integração, prática, aprendizado, cultural, científico e de desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais.

Das finalidades

As atividades pré-profissionais do estágio não obrigatório, em sua dimensão profissional e social, devem ser realizadas em situações reais de trabalho e sem vínculo empregatício e tem quanto finalidade propiciar ao estudante estagiário:

- Experiência aplicada no campo específico do seu curso;
- Troca de experiências;
- Orientação na escolha de sua especialização profissional;

- Integração entre a teoria e a prática;
- Treinamento para facilitar sua futura absorção pelo mercado de trabalho; e,
- Adaptação social e psicológica à sua futura atividade profissional.

Modalidades de estágio

O estágio classifica-se nas modalidades curricular obrigatório e não-obrigatório, conforme determinam as diretrizes curriculares nacionais, a Lei 11.788/2008, e o Projeto Pedagógico do Curso –PPC:

Estágio curricular obrigatório: é aquele previsto na matriz curricular do curso, e como tal, exige que as atividades pré-determinadas sejam cumpridas em uma carga horária específica, definida no PPC, constituindo-se requisito para aprovação e obtenção de diploma (§ 1º do art. 2º da Lei nº 11.788|2008).

Estágio curricular não obrigatório: é aquele desenvolvido quanto atividade opcional acrescido a carga horária curricular e obrigatório, a parte do projeto pedagógico do curso (§ 2º do art. 2º da Lei nº 11.788|2008). Podendo estudante explorar o seu potencial, desenvolver competências para sua formação pessoal e profissional e aplicar seus conhecimentos na prática.

Campo de estágio

Constituem-se campo de estágio as entidades de direito privado, órgãos de administração pública, as instituições de ensino, desde que apresentem condições necessárias de conformidade com a Lei nº 11.788/2008.

Duração do estágio

A duração do estágio, numa mesma unidade concedente (a empresa), não poderá exceder há (2) dois anos, exceto quando se tratar de estágio realizado por pessoa com deficiência 9 (art. 11 da Lei nº 11.788/2008).

A jornada das atividades do estágio será definida de comum acordo entre a unidade concedente e o estudante estagiário ou seu representante legal devendo constar no termo de compromisso de estágio (TCE), ser compatível com as atividades acadêmicas e não

ultrapassar a carga horária diária de 06 (seis) horas e 30 (trinta) horas semanais conforme a Lei 11.788/2008.

A concessão de estágio

Os requisitos a serem observados na concessão de estágio devem atender ao disposto nos incisos do art. 3º da Lei 11.788/2008 que estabelece:

- Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, público-alvo da lei;
- Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e,
- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso.

Atribuições e competências da instituição de ensino

O Centro Universitário FMU, primando pela excelência na qualidade do ensino e formação cidadã, incentiva seus estudantes a acompanhar as oportunidades de desenvolvimento de sua carreira junto ao mercado de trabalho. Para isso, o setor de Carreiras e Internacionalização possui a finalidade de promover a articulação entre o mercado de trabalho e os estudantes, possuindo para isso as seguintes atribuições e competências:

- Orientar o fluxo de procedimentos para celebração de convênio de estágio não obrigatório;
- Manter atualizado o cadastro de convênios com as empresas e agentes de integração e o acompanhamento das vigências;
- Articular junto à assessoria jurídica da Universidade as atualizações dos documentos de estágio, regras da Lei de estágio e possíveis questões;
- Assinar, por meio de seu titular, ou por delegação deste, os Termos de Compromisso de Estágio, como representante do Centro Universitário FMU;
- Orientar aos coordenadores de curso sobre os procedimentos e a assinatura do plano de atividade;
- Orientar o estagiário sobre o fluxo do procedimento administrativo e o devido preenchimento do Termo de Compromisso de Estágio (TCE);
- Estimular, por meio dos estágios, o exercício da competência e o compromisso com a realidade socio político-cultural do país;

- Acompanhar o estágio por meio de visitas aos locais de trabalho, encaminhando as informações para os professores das respectivas áreas de formação dos estagiários, que poderão se dirigir ao local do estágio, em face de eventual dúvida sobre os fatos relatados;
- Zelar pelo cumprimento das cláusulas do Termo de Compromisso de Estágio -TCE, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, para que não caracterize vínculo empregatício do estagiário com a parte concedente do estágio, para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária;
- Cumprir e fazer cumprir a Lei nº 11.788/2008, no que se refere ao ensino de nível superior, assim como o Regulamento de Estágio do Centro Universitário FMU e normas complementares;
- Verificar se a unidade concedente do estágio possui apólice de seguro a favor do estudante estagiário;
- Disponibilizar toda documentação necessária para cumprir o estágio;
- Manter a disposição da fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, documentos inerentes ao Estágio;
- Realizar a gestão dos estágios não obrigatórios 100% na plataforma Lyceum;
- Trabalhar os indicadores dos estágios não obrigatórios.

Atribuições e competências do coordenador de curso

As competências do coordenador do curso, no acompanhamento dos estudantes estagiários são as seguintes:

- Atender as demandas de estágios;
- Conferir o termo de compromisso de estágio e plano de atividade conforme regras e normas da Lei de estágio – deferir ou indeferir;
- Analisar se o plano de atividade está coerente de acordo com a formação acadêmica e semestre vigente;
- Acompanhar o relatório de estágio há cada 6 (seis) meses;
- Participar das reuniões sistemáticas, convocadas por meio do setor Carreiras e Internacionalização;
- Certificar-se no ato da assinatura do plano de atividades se a unidade concedente do estágio possui funcionário de formação ou experiência profissional na área de conhecimento do curso do estagiário; e,

- Estimular a prática para os estudantes da FMU.

Direitos e deveres do estagiário:

No desenvolvimento de suas atividades durante a realização do estágio curricular não-obrigatório, o estagiário também tem seus deveres e direitos assegurados.

São deveres do estagiário:

- Atender às exigências atribuídas neste manual;
- Manter o vínculo com a IES;
- Se responsável por adquirir os documentos de estágio;
- Conhecer e cumprir as normas internas da entidade concedente do estágio, especialmente aquelas relativas à orientação geral do estágio, bem como observar a programação do estágio, elaborada de acordo com o currículo e calendário acadêmico do curso ao qual está vinculado;
- Cumprir as cláusulas do Termo de Compromisso de Estágio –TCE;
- Desenvolver as atividades do estágio, de acordo com o plano de atividades, parte integrante do Termo de compromisso de estágio;
- Apresentar ao professor orientador da instituição de ensino, há cada 06 (seis) meses de estágio, relatório sobre as atividades realizadas, devidamente assinado pelo supervisor da unidade concedente;
- Assinar os relatórios de acompanhamento e avaliação nos prazos estabelecidos, de acordo com o inciso VII do Artigo 9º da Lei 11.788/2008;
- Responder por eventuais perdas e danos decorrentes da inobservância de normas internas ou das constantes neste termo de compromisso;
- Manter sigilo sobre informações, dados ou trabalhos reservados à entidade concedente do estágio as quais tenha acesso; e,
- Participar de treinamento altitudinal e de avaliações realizadas pela entidade concedente.

São direitos do estagiário:

- Desenvolver atividades de estágio, na mesma entidade concedente, de no máximo 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário pessoa com deficiência (PCD);
- Ter jornada de estágio compatível com as atividades acadêmicas, e não superior há

6 (horas) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, salvo na hipótese prevista no § 1º do Art. 10, da Lei 11.788/2008;

- Sendo estágio não obrigatório o seguro de vida deve ser de responsabilidade da concedente;
- Receber da entidade concedente de estágio bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada assim como o auxílio transporte;
- Ter recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, sempre que o estágio tiver duração igual ou superior há 1 (um) ano;
- Reduções mínima de cinquenta por cento (50%) da carga horária do estágio, em período de avaliação da aprendizagem - conforme estipulado no termo de compromisso de estágio, para garantir o seu bom desempenho;
- Aproveitar as atividades realizadas no estágio não obrigatório como estágio curricular obrigatório (nos cursos que contemplam essa obrigatoriedade), desde que realizadas concomitante com o período do estágio obrigatório e de acordo com as orientações institucionais e normas legais aplicáveis, podendo também, sua carga horária, ser aproveitada como atividades complementares, desde que prevista a possibilidade no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Entidades concedentes do estágio

As entidades concedentes deverão obedecer às normas que disciplinam o estágio nos diferentes cursos do Centro Universitário FMU, conforme previsto no convênio firmado com a esta, no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e na Lei nº 11.788/2008, e, portanto, atender aos seguintes requisitos:

- O início do estágio somente poderá ocorrer após a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio –TCE pelas 03 (três) partes envolvidas: entidade concedente; estudante; e supervisor de estágio no Centro Universitário FMU. Quando, entretanto, houver a intervenção realizada por agente de integração, este obrigatoriamente terá que firmar o contrato juntamente com os demais;
- Conceder auxílio transporte, nos termos da lei;
- Conceder ao aluno redução de carga horária em período de provas escolares, uma vez que estarão cientes desse período através do calendário acadêmico a lhe ser entregue pelo Centro Universitário FMU;
- Conceder ao estudante recesso remunerado de 30 (trinta) dias, para aqueles que tenham a partir de 1 (um) ano de estágio, ou proporcional, quando a duração for

- inferior há 1 (um) ano, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares;
- Enviar ao estudante, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório das atividades realizadas pelo estagiário, com ciência obrigatória ao estagiário, comprovada mediante visto no relatório;
 - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
 - Ocorrendo o fato, entregar para o estudante o termo que comprove a interrupção do estágio;
 - Observar o estágio curricular não obrigatório, nos termos da legislação vigente e das orientações didático-pedagógicas repassadas pelo Centro Universitário FMU;
 - Designar, do seu quadro de pessoal, empregado ou funcionário público, a depender do caso, com formação e experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar o estágio. O supervisor apenas poderá acompanhar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
 - Na substituição do supervisor, formalizar por meio do termo aditivo;
 - Contratar seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com valores de mercado;
 - Incluir os estagiários nos seus Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), além dos programas de saúde e segurança no trabalho; e,
 - Entregar para o estudante estagiário, uma via do TCE, devidamente assinado pelas partes.

O TCE pode ser interrompido unilateralmente a qualquer momento, pela instituição concedente ou pelo estagiário. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da entidade concedente de estágio.

Dos documentos obrigatórios

- Termo de compromisso de estágio
- Termo aditivo de estágio
- Termo de rescisão de estágio
- Relatório de estágio

Disponíveis no site: <https://carreiras.fmu.br/carreiras-e-estagios/> , data 23|02|2023, 17h19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos em instituição de educação superior. É o componente acadêmico determinante da formação profissional e da cidadania dos estudantes universitários.

A prática do estágio é oportunidade de grande importância para a vida acadêmica e profissional, pois traz grandes benefícios para o universitário, dentre eles: melhorar a formação profissional, possibilitar aplicar lições e os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade, estimular a melhora no aprendizado, possibilitar conhecer o contato com o futuro ambiente profissional, além do networking.

Neste sentido, as atividades do estágio curricular não obrigatório, envolve a celebração de um Termo de Compromisso de Estágio, que deixa claro os direitos e deveres dos estagiários, da parte concedente do estágio e do Centro Universitário FMU enquanto instituição de ensino.

LEI DO ESTÁGIO LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho –CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE

ESTÁGIO:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, e ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do

§ 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no

§ 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados

os seguintes requisitos:

- Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;
- Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- Identificar oportunidades de estágio;
- Ajustar suas condições de realização;

- Fazer o acompanhamento administrativo;
- Encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- Cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração. **CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

- Celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluto ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- Comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de

realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados 1º convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6ºa desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

- Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de

- compromisso;
- Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
 - Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
 - Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório 20 de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) 21 anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo

22 ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
- de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
- acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 428.

.....

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência. (Revogado pela Medida Provisória nº 1.116, de 2022)

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR) Art. 20. O art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de 24 março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008.